

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
BACHARELADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

SAULO GABRIEL QUINTINO

**ANÁLISE DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DAS ENTIDADES QUE
DESENVOLVEM O *RUGBY* EM CADEIRA DE RODAS NO BRASIL**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CURITIBA

2018

SAULO GABRIEL QUINTINO

**ANÁLISE DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DAS ENTIDADES QUE
DESENVOLVEM O *RUGBY* EM CADEIRA DE RODAS NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à disciplina de TCC2 do Curso de Bacharelado em Educação Física do Departamento Acadêmico de Educação Física - DAEFI da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, como requisito parcial para a aprovação na mesma.

Orientadora: Profa. Doutora Raquel Nichele de Chaves

CURITIBA

2018



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal
do Paraná
Campus Curitiba

Gerência de Ensino e Pesquisa
Departamento de Educação Física
Curso Bacharelado em Educação
Física



TERMO DE APROVAÇÃO

ANÁLISE DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DAS ENTIDADES QUE DESENVOLVEM O *RUGBY* EM CADEIRA DE RODAS NO BRASIL

Por

SAULO GABRIEL QUINTINO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi apresentado em 30 de novembro de 2018 como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharelado em Educação Física. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho **aprovado**.

Prof. Dra. Raquel Nichele de Chaves
Orientadora

Prof. Dra. Ana Paula Cabral Bonin
Membra titular

Prof. Ms. Rafael Estevam Reis
Membro titular

RESUMO

QUINTINO, Saulo Gabriel. **Análise da Estrutura e Organização das Entidades que Desenvolvem o *Rugby* em Cadeira de Rodas no Brasil.** Monografia de Graduação (Bacharelado em Educação Física) – Departamento Acadêmico de Educação Física. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

O esporte adaptado deixou de ser apenas uma importante ferramenta de inclusão social. Atualmente é visto, também, como um produto do mercado esportivo, cujo acesso a patrocínios e financiamentos destinados a sua prática têm aumentado consideravelmente. Não obstante a falta de políticas públicas destinadas especificamente ao paradesporto, as entidades que desenvolvem uma modalidade paradesportiva no Brasil podem fazer uso de algumas políticas que são destinadas ao esporte de alto rendimento em geral. Entre as modalidades paradesportivas emergentes em nosso país, destaca-se o *rugby* em cadeira de rodas (RCR), cujas entidades, sua organização e estrutura, têm ampliado espaços e acessos. Desse modo, os objetivos deste estudo foram: (i) analisar as estruturas física, humana e financeira das entidades que desenvolvem o RCR no Brasil, e (ii) estudar as relações que se estabelecem entre o desempenho esportivo e o acesso a recursos derivados de políticas públicas e/ou outras ações. Trata-se de um estudo com delineamento, transversal, de abordagem qualitativa, do tipo descritivo. Para responder os objetivos da pesquisa, aplicou-se um questionário desenvolvido pelo pesquisador, composto por perguntas objetivas de múltipla escolha. As perguntas objetivas foram divididas em três tópicos. No primeiro tópico as questões foram voltadas a informações gerais da entidade e sua estrutura física disponível para treinamentos e desempenho esportivo. No segundo tópico as questões abrangeram os recursos humanos que as entidades dispõem para treinamento e competições. No terceiro tópico, as questões foram referentes aos recursos financeiros destinados à entidade ou a seus atletas, destacando as leis de incentivo, bolsa atleta, patrocínio e doações, assim como as dificuldades e a importância de cada uma delas para as atividades da entidade. As últimas três questões eram abertas, com foco na percepção do participante da pesquisa quanto ao cenário do RCR no Brasil. Para análise, foram calculadas medidas descritivas (frequências absolutas e relativas) das respostas objetivas e das perguntas abertas. Também realizou-se um levantamento do número de entidades que desenvolvem o RCR, com participação confirmada no Campeonato Brasileiro da modalidade em 2018. Os participantes da pesquisa foram nove entidades, localizadas em três regiões do país e dentre os resultados observou-se que a falta de políticas públicas específicas para o esporte paralímpico dificultam o RCR. Também, por meio dos questionários abertos, foi possível concluir que o excesso de burocracia e a falta de incentivo ao desenvolvimento e fomento da modalidade tornam as políticas públicas para o RCR insatisfatórias. Ademais, os participantes destacaram que as ações prioritárias são: Investimento na base, pesquisa e formação de bons árbitros, classificadores e técnicos e maior visibilidade da modalidade. Espera-se com esse estudo, aumentar o conhecimento sobre RCR no Brasil, para que possibilite o surgimento de novas entidades com interesse no desenvolvimento da modalidade.

Palavras-chave: *Rugby* em Cadeira de Rodas. Esporte adaptado. Entidades paradesportivas.

ABSTRACT

QUINTINO, Saulo Gabriel. **Analysis of Structure and Organization of Entities that Develop Wheelchair Rugby in Brazil**. Graduation Monography (Bachelor of Physical Education) - Academic Department of Physical Education. Federal Technological University of Paraná, Curitiba, 2018.

Adapted sport is no longer just an important tool for social inclusion. Nowadays it is also seen as a product of the sports market, whose access to sponsorships and financing aimed at its practice has increased considerably. Notwithstanding the lack of public policies specifically aimed to the paradesporto, entities that develop a paradesporto modality in Brazil may use some policies that are aimed to high-performance sports in general. Amongst the sporting modalities emerging in our country, we can highlight wheelchair rugby, whose entities, organization and structure have expanded spaces and accesses. Thus, the goals of this study were: (i) analyze the physical, human and financial structures of the entities that develop wheelchair rugby in Brazil; and (ii) study the relationships between sports performance and access to resources coming from public policies and/or other actions. It is a cross-sectional, qualitative, descriptive study. To answer the research goals, a questionnaire developed by the researcher, composed of objective multiple choices questions, was applied. The objective questions were divided into three topics. In the first topic the questions were focused on general information of the entity and the physical structure available for training and sports performance. In the second topic the issues covered the human resources that entities have for training and competitions. In the third topic, the questions were related to the financial resources destined to the entity or its athletes, highlighting the laws of incentive, athlete scholarship, sponsorship and donations, as well as the difficulties and importance of each of them to the activities of the entity. The last three questions were opened, focusing on the participant's perception of the wheelchair rugby scenario in Brazil. For analysis, descriptive measures (absolute and relative frequencies) of objective responses and open questions were calculated. There was also a survey of the number of entities that develop wheelchair rugby, with confirmed participation in the Brazilian Championship of this modality in 2018. The participants of the research were nine entities, located in three regions of the country and among the results was observed that the lack of specific public policies for the paralympic sport makes difficult the wheelchair rugby. Also, through the open questionnaires, it was possible to conclude that the excess of bureaucracy, and the lack of incentive to development and promotion of the modality, makes the public policies for wheelchair rugby unsatisfactory. In addition, participants emphasized that the priority actions are: base investment, research, training of good referees, classifiers and coaches and greater visibility of the modality. It is hoped that this study will increase the knowledge about wheelchair rugby in Brazil, enabling the emergence of new entities with interest on develop the modality.

Keywords: Wheelchair Rugby. Adapted Sport. Adapted sports entities.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
1.1 PROBLEMA.....	8
1.2 OBJETIVO GERAL	8
1.2.1 Objetivos Específicos.....	8
2 REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 O ESPORTE ADAPTADO	10
2.1.1 O esporte adaptado no Brasil.....	11
2.2 O <i>RUGBY</i> EM CADEIRA DE RODAS.....	15
3 METODOLOGIA DE PESQUISA	18
3.1 TIPO DE ESTUDO.....	18
3.2 POPULAÇÃO / PARTICIPANTES	18
3.2.1 Critérios de Inclusão	19
3.2.2 Critérios de Exclusão	19
3.3 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS.....	19
3.3.1 Instrumentos.....	19
3.3.2 Procedimentos	20
3.4 VARIÁVEIS DE ESTUDO	20
3.5 ANÁLISE DOS DADOS	21
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	22
5 CONCLUSÃO	31
REFERÊNCIAS	32

1 INTRODUÇÃO

O esporte adaptado é uma importante ferramenta de inclusão social das pessoas com deficiência. Segundo, Marques et al. (2013, p.583) no século XXI, o movimento paralímpico passou por alterações estruturais, principalmente no que se refere ao: “aumento de financiamento a atletas e equipes e a estratégia de ‘marketing’, que visam maior divulgação dessa forma de esporte como um produto de mercado.” Essa nova perspectiva, ocasionou uma transformação social na participação das pessoas com deficiência e, por conseguinte houve um crescimento de comercialização e aumento de financiamento para o esporte adaptado.

No Brasil, Reis (2014) apresenta políticas públicas que amparam o esporte paralímpico brasileiro, identificando as leis de Incentivo ao Esporte, Agnelo/Piva e Bolsa Atleta, como sendo as principais fontes de financiamento do esporte paralímpico nacional, que conta com vinte e duas modalidades, dentre elas, o RCR. A Lei de Incentivo ao Esporte (Lei 11.438/2006) permite que empresas e pessoas físicas destinem parte do que pagariam de imposto de renda a projetos esportivos aprovados pelo Ministério do Esporte (ALMEIDA, 2010). Já a Lei Nº 10.264/2001, conhecida como Lei Agnelo/Piva prevê que uma porcentagem da arrecadação bruta das loterias federais seja destinada ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e ao Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) (BRASIL, 2001). A terceira principal fonte de financiamento citada por Reis (2014) é a Bolsa Atleta (Lei 10.891/2004), que é destinada prioritariamente aos atletas praticantes do esporte de alto rendimento em modalidades olímpicas ou paralímpicas (BRASIL, 2004).

O Rugby em Cadeira de Rodas (RCR) é uma modalidade paralímpica, com grande destaque nos últimos anos, onde podem participar atletas com quadro de tetraplegia ou tetraequivalência como: amputação em pelo menos três membros, sequelas de poliomielite, distrofia muscular, paralisia cerebral e malformações congênitas (IWRF, 2012). A criação da modalidade foi a opção encontrada para que pessoas com esse grau de deficiência tivessem acesso ao esporte, pois devido a severidade da sua deficiência, elas não tinham espaço em outras modalidades, como basquete por exemplo.

De acordo com a Federação Internacional de *Rugby* em Cadeira de Rodas (IWRF), 29 países são considerados ativos da modalidade e posicionados em um ranking classificatório, de acordo com seus resultados em competições chanceladas

pela Federação (IWRF, 2017). Além disso, outros países desenvolvem a modalidade sem uma estruturação bem definida e sem participação em competições oficiais. Ao todo, há mais de 40 países que verifica-se a prática da modalidade (CAVALLI, 2017).

No Brasil, o surgimento da modalidade foi em 2005, considerado recente quando comparado à prática de outras modalidades paradesportivas tradicionais como o Basquete em Cadeira de Rodas, por exemplo, que chegou ao país em 1958. O Brasil conta hoje com 14 entidades filiadas à Associação Brasileira de *Rugby* em Cadeira de Rodas (ABRC), comum grande potencial de expansão, pois as equipes estão centralizadas apenas nas regiões Sudeste (nove equipes), Centro-Oeste (duas equipes) e Sul (três equipes), No Nordeste, apenas no estado do Rio Grande do Norte existe a prática da modalidade, porém, ainda em desenvolvimento (ABRC, 2016).

Cavalli (2017), em sua dissertação de mestrado, estudou a caracterização da curva cinética de temperatura em atletas de RCR e explanou sobre a modalidade no Brasil. Desse modo, observou que as entidades e as equipes que praticam o RCR têm grande quantidade de Institutos e Associações em suas denominações. Contudo, para que haja um avanço da expressão do RCR no Brasil, faz-se necessária uma análise aprofundada da estrutura das organizações, destacando suas fontes financeiras, infraestrutura disponível, bem como seus recursos humanos e materiais.

No que se refere à produção acadêmica, nota-se pouca expressão, tanto a nível nacional como internacional. Em uma revisão sistemática, Simm et al., (2013) encontraram 36 artigos de língua inglesa sobre o RCR, onde a maior parte destaca experiências de âmbito fisiológico e de desempenho. Buscando artigos com origem no Brasil em bases de dados como “SciELO”, “PubMed” e “CAPES” ou ferramentas de busca como “Google acadêmico”, utilizando como palavra-chave “wheelchair rugby”, percebe-se que a maior parte de artigos originam-se da Universidade Estadual de Campinas, e apenas o estudo de Campana et al., (2011) aponta algumas diretrizes para o desenvolvimento do RCR. Desse modo, verifica-se a necessidade de desenvolver mais pesquisas para consolidação da modalidade e aumento de sua acessibilidade.

Sendo ainda pequena a expressão do RCR no Brasil, não há registros de exploração da estrutura e organização das entidades que desenvolvem a

modalidade no país. A falta de uma melhor visualização do cenário dificulta a evolução de entidades já existentes, o surgimento de outras entidades que podem contribuir para o crescimento da modalidade a nível nacional, e a representatividade do país no exterior. Portanto, é urgente analisar o desenvolvimento do RCR no Brasil pelas entidades existentes, nomeadamente suas estruturas física, humana e financeira, e identificar o uso de leis ou de outras ações para manter suas atividades. Com uma análise pormenorizada da estrutura e organização das entidades já existentes, deve-se ampliar a visualização do cenário atual e, assim, auxiliar o surgimento de novas entidades que objetivem desenvolver a modalidade no Brasil e dispor maior acesso à prática esportiva para pessoas com alto grau de comprometimento motor.

1.1 PROBLEMA

Qual a base estrutural e organizacional atual das entidades que desenvolvem o *RCR* no Brasil, e quais as relações que se estabelecem entre o desempenho esportivo e o acesso a recursos derivados de políticas públicas e/ou outras ações?

1.2 OBJETIVO GERAL

Analisar a estrutura e a organização das entidades que desenvolvem o RCR no Brasil, e estudar as relações que se estabelecem entre o desempenho esportivo e o acesso a recursos derivados de políticas públicas e/ou outras ações.

1.2.1 Objetivos Específicos

- Identificar as entidades existentes no Brasil que desenvolvem a modalidade;
- Caracterizar as entidades quanto à estrutura física, aos recursos humanos e aos recursos provenientes de leis de incentivo ou similares;
- Ilustrar o cenário do RCR no Brasil com base na visão dos representantes das entidades selecionadas;

- Analisar as informações obtidas, correlacionando a base estrutural de cada entidade com o aporte financeiro proveniente de leis de incentivo ou similares.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O ESPORTE ADAPTADO

O esporte adaptado é uma terminologia que engloba a prática esportiva realizada pelas pessoas com deficiência visando a inclusão ou a melhora de suas funções motoras, podendo ter um caráter mais generalista ou especialista (SHERRIL, 2004). O histórico dessas práticas, tem início em 1944, quando o neurologista Dr. Ludwig Guttmann, cria o Centro de Lesionados Medulares do Hospital de Stoke Mandeville, que tinha o objetivo de tratar homens e mulheres do exército inglês feridos durante a Segunda Guerra Mundial (COSTA; SOUSA, 2004), como complemento desse tratamento, era introduzido o esporte para pessoas com deficiência. Em 1945, nos Estados Unidos, surgia o basquetebol em cadeira de rodas, também para veteranos da Segunda Guerra Mundial, tendo a frente o Dr. Benjamin H. Lipton (DA SILVA; DRIGO, 2012).

As atividades desenvolveram-se significativamente e em 1948 aconteceram os Jogos de Stoke Mandeville, primeira competição oficial de esporte adaptado. Em 1950 houve, um intercâmbio das intervenções propostas pelo Dr. Guttmann e pelo Dr. Lipton (SILVA; MELO, 2016), onde se percebeu que a Inglaterra visava a prática esportiva como forma de reabilitação, enquanto os Estados Unidos buscavam a competição.

Em 1952, com a participação de uma equipe holandesa, aconteceu a primeira edição internacional dos Jogos de Stoke Mandeville. Anos depois, em sua 7ª edição, os jogos foram realizados na cidade de Bruxelas, e a Rainha Elizabeth foi quem abriu a competição (REIS, 2014). Em 1960, os jogos aconteceram na mesma cidade dos Jogos Olímpicos; fato que se repetiu em 1964, em Tóquio. Desde então, os jogos seguiram a mesma periodicidade das Olimpíadas. Porém, apenas em 1988, nos jogos de Seul, os jogos paralímpicos voltaram a ser realizados na mesma cidade das Olimpíadas (REIS, 2014).

Na tentativa de aproximar o Movimento Paralímpico com o Movimento Olímpico Internacional, foi criado o Comitê Paralímpico Internacional (IPC), em 1989. Segundo Andrade et al., (2014), surgiu ali uma tendência mundial para a criação dos Comitês Paralímpicos Nacionais. Após os Jogos Paralímpicos de Barcelona, em 1992, o IPC definiu que para participar dos Jogos Paralímpicos, os países deveriam

ter uma entidade máxima nacional, ligada diretamente à ela, que organizasse o esporte adaptado no país. No Brasil, a entidade designada foi o CPB, criado em 1995 (REIS, 2014). A partir de 2000, a realização das Paralimpíadas tornou-se um requisito obrigatório para as cidades que desejarem sediar os Jogos Olímpicos, e devem acontecer, obrigatoriamente, na mesma cidade e nas mesmas instalações das Olimpíadas (COSTA; SOUSA, 2004). Importa referir que os Jogos Paralímpicos representam a expressão máxima do esporte de alto rendimento entre as pessoas com deficiência, sendo o segundo maior evento esportivo do mundo (COSTA; SOUSA, 2004). Sendo assim, pode-se notar a evolução do movimento paralímpico, com o aumento de modalidades esportivas presentes nas Paralimpíadas, assim como a quantidade de países e atletas participantes, conforme tabela 1.

Tabela 1 - Evolução das Paralimpíadas: De 1960 a 2016.

Paralimpíada	Modalidades	Países participantes	Atletas participantes
Roma 1960	8	17	209
Tóquio 1964	9	20	266
Tel Aviv 1968	10	28	775
Heidelberg 1972	10	42	922
Toronto 1976	13	41	1271
Arnhem 1980	13	42	1654
Stoke Mandeville 1984	18	54	2105
Seul 1988	18	60	3041
Barcelona 1992	16	83	2999
Atlanta 1996	19	104	3255
Sydney 2000	19	123	3879
Atenas 2004	19	135	3808
Pequim 2008	20	146	4011
Londres 2012	20	164	4245
Rio 2016	22	160	4328

Fonte: Autor, baseado em *International Paralympic Committee*, disponível em: <https://www.paralympic.org/paralympic-games>.

2.1.1 O esporte adaptado no Brasil

O esporte adaptado no Brasil teve início no Rio de Janeiro e em São Paulo, paralelamente, em 1958, com a criação de dois clubes, nomeadamente o Clube do Otimismo, no Rio, e o Clube dos Paraplégicos, em São Paulo. Fundados, respectivamente, por Robson Sampaio de Almeida e Sérgio Seraphin Del Grande, ambos trazendo a experiência de terem sido tratados nos Estados Unidos, onde tiveram contato com o basquetebol em cadeira de rodas (ANDRADE et al., 2014).

A primeira participação brasileira em Paralimpíadas foi registrada em 1972, nos jogos de Heidelberg, na Alemanha, onde o Brasil não conquistou nenhuma medalha (IPC, 2017). As primeiras medalhas brasileiras em Paralimpíadas vieram quatro anos depois, em Toronto, no Canadá, com Robson de Almeida e Luis Carlos Coutinho, que conquistaram a medalha de prata na bocha (CARDOSO, 2011).

O primeiro órgão representativo nacional de esporte praticado por pessoas com deficiência, foi a Associação Nacional de Desporto de Excepcionais, a ANDE, que agora é conhecida como Associação Nacional de Desporto de Deficientes. A ANDE foi criada em 1975, com o intuito de organizar o esporte paralímpico brasileiro; porém em 1984, iniciou-se a criação de entidades diretivas de esporte adaptado no Brasil, específicas por categoria, como por exemplo, a Associação Brasileira de Desporto para Cadeiras de Rodas (ABRADECAR), ou ainda, a Associação Brasileira de Desporto para Cegos (ABDC) (REIS, 2014). Em 1995, nasceu o CPB, filiado ao IPC, e desde então, o principal responsável pelo esporte paralímpico no país (PEREIRA, 2013).

Nas Paralimpíadas do Rio de Janeiro, em 2016, o Brasil conquistou a maior quantidade de medalhas de sua história em uma edição. Foram 72 no total, sendo 14 de ouro, 29 de prata e 29 de bronze, o que o deixou na 8ª colocação no quadro de medalhas (IPC, 2017). Foi também a maior delegação brasileira da história, com 286 atletas em todas as modalidades, entre elas, o RCR, que contou pela primeira vez com a participação do Brasil (CPB, 2018).

O CPB tem como missão representar o desporto paralímpico brasileiro, organizar a participação do Brasil em competições como o Parapan, Campeonatos Mundiais e Paralimpíadas, assim como promover o desenvolvimento de diversos esportes paralímpicos no Brasil e a universalização do acesso de pessoas com deficiência à prática esportiva (CPB, 2017).

Uma das características mais importantes do esporte paralímpico é o fato de não ser todas as modalidades que têm uma entidade exclusiva. Em algumas modalidades paralímpicas aderiu-se como responsabilidade junto às modalidades olímpicas, como é o caso do tiro com arco, ciclismo, hipismo, remo, tênis de mesa e tênis em cadeira de rodas (REIS, 2014). O CPB administra de forma direta seis modalidades que não contam com entidade máxima específica (REIS, 2014). As outras modalidades são pertencentes a Associações Nacionais ou Confederações específicas, como acontece com a ABRC, que administra diretamente o RCR.

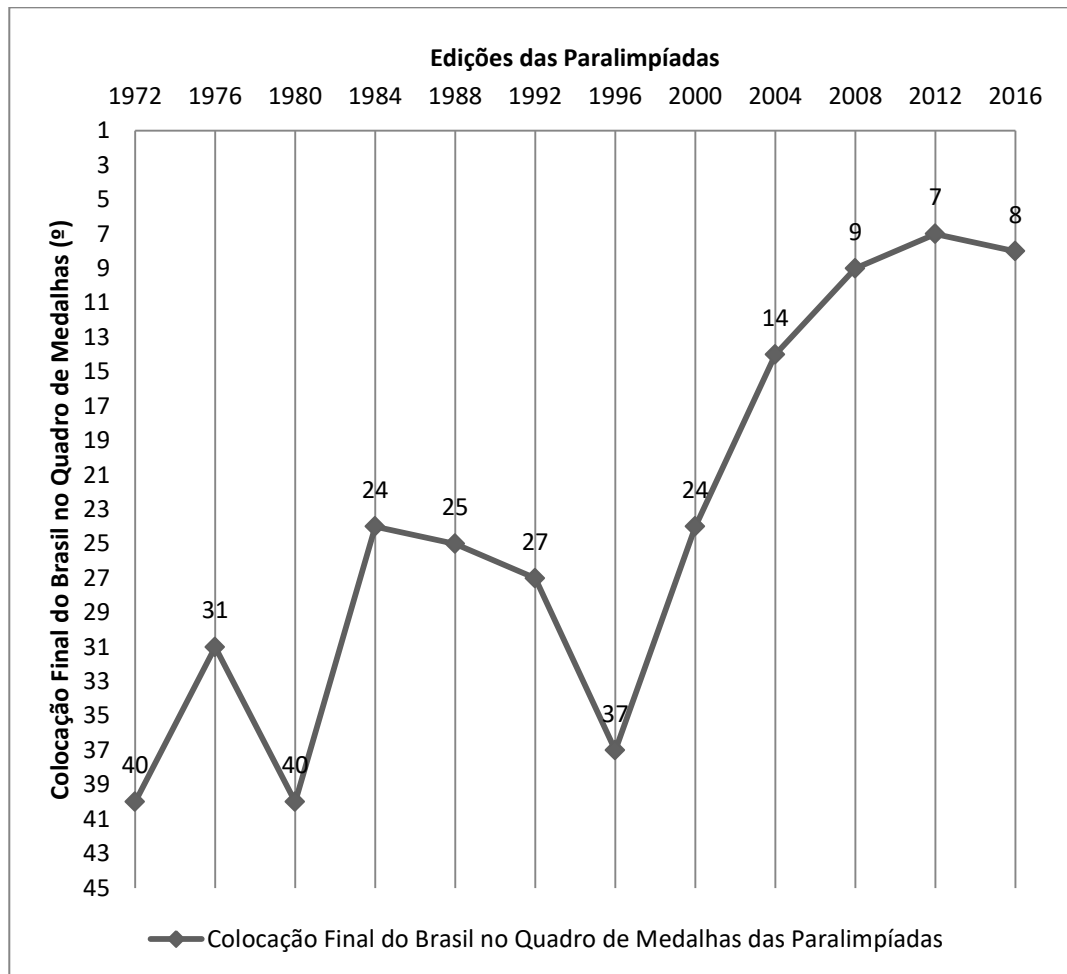
Segundo Reis (2014), não existem no Brasil, políticas públicas direcionadas diretamente ao esporte paralímpico, porém os atletas e entidades paradesportivas, são contemplados em algumas políticas públicas voltadas ao esporte de alto rendimento, sendo elas, a Lei de Incentivo ao Esporte (Lei Nº 11.438), Lei Agnelo/Piva (Lei Nº 10.264) e Bolsa Atleta (Promulgação da Lei Nº 10.891).

Por meio da Lei de Incentivo ao Esporte, é possível obter deduções fiscais a partir do fomento de atividades esportivas. Essas deduções devem acontecer sob a forma de patrocínio ou doação, podendo ser de até um por cento do imposto de renda para pessoas jurídicas e seis por cento para pessoas físicas (ALMEIDA, 2010). As entidades que desejam ser beneficiadas devem solicitar esse incentivo por meio de projetos apresentados ao Ministério do Esporte. Somente após aprovação, podem captar os recursos necessários por meio de patrocínios ou doações, sem exceder o valor aprovado e respeitando os descritos em lei (REIS, 2014).

A Lei Agnelo/Piva foi criada em 2001 e trata de algumas modificações importantes no texto da Lei Pelé (Lei Nº 9.615/98), principalmente no que tange ao financiamento do esporte olímpico e paralímpico. Ela altera a regulamentação do repasse das loterias federais para os comitês olímpico e paralímpico brasileiros (COB e CPB). Desde sua criação e até 2015, a lei previa que dois por cento da arrecadação bruta das loterias federais fossem repassadas aos comitês na seguinte proporção: Oitenta e cinco por cento ao COB e quinze por cento ao CPB (REIS, 2014). Em 06 de julho de 2015 foi criada a Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), que no seu artigo 110 aumenta os valores de repasse da Lei Agnelo Piva e altera a proporção de distribuição entre os comitês. A partir de então o repasse é de 2,7% (dois inteiros e sete décimos por cento) da arrecadação bruta das loterias federais. . Desse repasse, 62,96% (sessenta e dois inteiros e noventa e seis centésimos por cento) são destinados ao COB e 37,04% (trinta e sete inteiros e quatro centésimos por cento) ao CPB (BRASIL, 2015).

O gráfico 1 mostra a colocação final do Brasil no quadro de medalhas em todas as edições das paralimpíadas. Nele é possível observar que nas quatro edições que ocorreram após a implementação da Lei Agnelo Piva (2001), o país terminou a competição com resultados que nunca havia conquistado em toda sua história.

Gráfico 1 – Colocação Final do Brasil no Quadro de Medalhas das Paralimpíadas.



Fonte: Autor, baseado em *International Paralympic Committee*, disponível em: <https://www.paralympic.org/paralympic-games>.

A Bolsa Atleta tem o objetivo de ceder auxílio financeiro mensal a atletas principalmente de modalidades olímpicas e paralímpicas. Os valores do auxílio têm duração de doze meses e variam de acordo com o nível esportivo dos atletas (ALMEIDA, 2010). Os atletas que pretendem pleitear a bolsa devem cumprir requisitos presentes no texto da lei, além de alguns critérios técnicos regulamentados pelo Ministério do Esporte, fundamentados no desempenho em eventos de importância para a modalidade (ALMEIDA, 2010).

2.2 O RUGBY EM CADEIRA DE RODAS

O RCR surgiu em 1977, em Winnipeg no Canadá, como alternativa para atletas tetraplégicos que não tinham espaço na prática principalmente do basquete em cadeira de rodas (IWRF, 2012). Consiste em uma modalidade esportiva paralímpica mista, para atletas com tetraplegia ou tetraequivalência como alguns tipos de paralisia cerebral, de amputações ou deformidades em seus quatro membros, sequelas de poliomielite entre outras (IWRF, 2012). O RCR é um esporte relativamente recente quando comparado a outros esportes para pessoas com deficiência, principalmente no Brasil; talvez seja esse o principal motivo de ter pouca literatura científica no tema (GOUVEIA, 2009).

Quadros de lesão acima da primeira vértebra torácica são considerados tetraplegia, ela causa o comprometimento das funções motoras e/ou sensitivas abaixo do nível da lesão (GOUVEIA, 2009). A lesão pode ser total ou parcial causando distintos níveis de comprometimento, portanto, para participação no RCR, o atleta deve passar por uma classificação funcional.

Segundo Cardoso e Gaya (2014), a classificação funcional, visa organizar os atletas em classes para que possam competir em condições de paridade funcional. A IWRF desenvolveu um manual de classificação específico para o RCR, que incluem avaliação física, técnica e de observação. Os atletas são alocados em um das sete classes esportivas, que variam de 0.5 (classificação mais baixa) até 3.5 (classificação mais alta). As equipes são compostas por quatro atletas em quadra, e a pontuação da equipe deve ser no máximo 8.0 (GORLA et al., 2012).

O objetivo do jogo é ultrapassar com a posse da bola entre os cones dispostos na linha de fundo do adversário, para isso, as equipes utilizam estratégias onde geralmente os atletas de pontuação mais baixa fazem funções de bloqueio, para que os atletas com pontuações mais altas conduzam a bola em segurança até a linha de fundo adversária. Os jogos são disputados numa quadra com dimensões iguais as do basquetebol, e a bola é semelhante a de voleibol, o jogo tem quatro períodos de oito minutos cronometrados cada. Segundo Ylla e Sherril (1998), o RCR conta com ações como bloqueios, passes, dribles e fintas que se assemelham a esportes coletivos convencionais, como o *rugby* ou o basquete, por exemplo, considerando que essas ações são realizadas de forma constante e intensa.

O RCR foi reconhecido em 1994 como esporte paralímpico pelo Comitê Paralímpico Internacional, e em 1996 foi incluído como esporte de demonstração nas Paralimpíadas de Atlanta (IWRF, 2012). Desde Sydney em 2000, a modalidade é disputada de forma oficial nas Paralimpíadas. O atual campeão paralímpico, no Rio de Janeiro em 2016, foi a Austrália. Após um jogo com duas prorrogações, a Austrália venceu os Estados Unidos por 59 x 58 pontos. A medalha de bronze ficou com o Japão, após bater os criadores da modalidade, o Canadá, por 52 x 50 pontos.

No Brasil, o RCR é uma história extremamente recente, que teve início em 2008 com a criação da ABRC e sua filiação à IWRF e ao CPB (ABRC, 2017). A ABRC formou equipes no Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina em 2008, e o Brasil foi representado internacionalmente pela primeira vez no Torneio *Maximus*, na Colômbia, em novembro de 2008 (ABRC, 2017).

A modalidade tem crescido no Brasil e hoje está presente em cinco estados e no Distrito Federal, com quatorze entidades filiadas à ABRC, chegando em 2018 à décima primeira edição do Campeonato Brasileiro, com seis equipes na primeira divisão e cinco equipes na segunda divisão. A maior campeã brasileira é a equipe ADEACAMP, de Campinas-SP, com quatro conquistas (2009, 2010, 2011 e 2012), enquanto a atual campeã brasileira é a equipe Minas Quad, de Belo Horizonte-MG (ABRC, 2018).

O RCR é organizado no Brasil pela instituição máxima da modalidade no país, a ABRC. Para que a modalidade tenha representatividade e possa fazer parte do calendário paralímpico brasileiro, a ABRC é filiada ao CPB, que é a instituição máxima do paradesporto no Brasil. A ABRC também é filiada à IWRF, entidade responsável pela modalidade mundialmente (ABRC, 2017). Uma entidade que tenha o interesse de desenvolver a modalidade e ser reconhecida pela ABRC, deve filiar-se, cumprindo as atribuições exigidas, ficando assim elegível para participação em campeonatos, comissões de atletas e votações (ABRC, 2017).

Geograficamente, as entidades estão presentes nas regiões Sul (Paraná), Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo) e Centro-Oeste (Distrito Federal) (ABRC, 2017), conforme indicado pela tabela 2.

Tabela 2 - Distribuição geográfica das entidades que desenvolvem o *Rugby* em Cadeira de Rodas no Brasil.

Região	Estado	Entidades
Sul	Paraná	SAÚDE ESPORTE SOCIEDADE ESPORTIVA/SOCIEDADE MORGENAU
		ASSOCIAÇÃO DE PESSOAS DEFICIENTES DE COLOMBO
		ASSOCIAÇÃO DE PESSOAS DEFICIENTES DE CAMPO LARGO
Sudeste	São Paulo	ASSOCIAÇÃO DE ESPORTES E CULTURA SUPERAÇÃO
		MOVIMENTO SUPERAÇÃO DE BEBEDOURO
		SOCIEDADE ESPORTIVA LIDERANÇA
	Rio de Janeiro	RONINS QUAD RUGBY
		ASSOCIAÇÃO DE ESPORTES ADAPTADOS DE CAMPINAS
		ASSOCIAÇÃO SANTER DE AÇÃO COMUNITÁRIA
Minas Gerais	ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO DE DEFICIENTES	
	ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA MINAS GERAIS RUGBY	
Espírito Santo	INSTITUTO DE REAB. E ESPORTIVO PARA DEFICIENTES FÍSICOS DO ES	
Centro-Oeste	Distrito Federal	ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL BRASÍLIA QUAD RUGBY
		ASSOCIAÇÃO DE CENTRO DE TREINAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESPECIAL

Fonte: Autor, baseado em Associação Brasileira de Rugby em Cadeira de Rodas, disponível em: <http://rugbiabrc.org.br/filiados/>.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Nesta seção, dispôs-se a discorrer sobre a metodologia utilizada, assim como informações sobre os participantes, e os instrumentos utilizados na coleta dos dados e na análise dos resultados.

3.1 TIPO DE ESTUDO

Esta pesquisa apresenta um delineamento transversal, qualitativo, e do tipo descritivo (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2009).

Segundo Minayo (2001) apud Gerhardt e Silveira (2009),

A pesquisa qualitativa preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Essa metodologia foi utilizada por meio de um questionário com perguntas fechadas e de múltipla escolha e também com perguntas abertas com o objetivo de facilitar a interpretação das relações existentes entre as variáveis dos conjuntos de dados, fornecendo um quadro geral da questão em estudo.

3.2 POPULAÇÃO / PARTICIPANTES

De acordo com a ABRC, 14 entidades desenvolvem o RCR no Brasil, distribuídas em cinco estados brasileiros e no Distrito Federal (ABRC, 2017). Contudo, somente 11 são participantes do Campeonato Brasileiro de RCR. Desse modo, foram convidadas para participar da pesquisa, as 11 entidades presentes no Campeonato Brasileiro de RCR em 2018. Cada entidade destacou um dirigente ou responsável para representá-la e responder ao questionário sobre a estrutura e organização da mesma.

3.2.1 Critérios de Inclusão

- Ser entidade filiada à Associação Brasileira de *Rugby* em Cadeira de Rodas.

3.2.2 Critérios de Exclusão

- Entidades que não destacaram um representante para responder ao questionário (APÊNDICE A) de modo adequado (conforme as instruções);
- Entidade que entregou o documento preenchido de forma incompleta, sem que fosse possível contatá-la para conclusão.

3.3 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS

3.3.1 Instrumentos

Para avaliar a estrutura e organização das entidades que desenvolvem o RCR, foi aplicado um questionário desenvolvido pelo próprio autor (APÊNDICE A), cujas questões foram fundamentadas em estudos prévios similares. Foi composto na primeira parte por perguntas objetivas, de múltipla escolha, e em um segundo momento por perguntas abertas.

As perguntas objetivas foram divididas em três tópicos. No primeiro tópico as questões foram voltadas a informações gerais da entidade e sua estrutura física disponível para treinamentos. Como as entidades analisadas são esportivas, os resultados esportivos também tiveram que ser levados em consideração, já que podem simbolizar o sucesso da entidade. Para isso, foram usadas as colocações das equipes no ranking nacional, que é elaborado pela ABRC como parâmetro de desempenho esportivo da entidade, e comparados aos resultados da pesquisa.

No segundo tópico as questões abrangeram os recursos humanos que as entidades dispõem para treinamento e competições, quanto aos profissionais envolvidos, foram pesquisadas onze áreas que poderiam ter profissionais presentes nas entidades, sendo três delas administrativas: Diretoria da entidade, secretaria e coordenação, e oito áreas de trabalho direto com a equipe de rugby: Treinador, auxiliar técnico, fisioterapia, enfermagem, psicologia, mecânica e apoio.

No terceiro tópico, as questões foram referentes aos recursos financeiros destinados à entidade ou a seus atletas, destacando as leis de incentivo, bolsa atleta, patrocínio e doações, assim como as dificuldades e a importância de cada uma delas para as atividades da entidade.

As últimas três questões eram abertas, com foco na percepção do participante da pesquisa quanto ao cenário do RCR no Brasil.

3.3.2 Procedimentos

No primeiro momento, identificou-se todas as entidades filiadas e seus respectivos representantes, dirigentes ou responsáveis. Após, foi feito um convite para que participassem da pesquisa. Na sequência, foi solicitado aos participantes destacados pelas entidades a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE B). O questionário foi entregue pessoalmente pelo pesquisador aos participantes da pesquisa durante o período da manhã do primeiro dia de jogos no XI Campeonato Brasileiro de RCR, que ocorreu de 11 a 15 de Julho de 2018, na cidade de São Paulo. O pesquisador orientou cada um dos participantes de forma individual, para que pudesse explicar os objetivos do trabalho e dar orientações para o preenchimento adequado do questionário, para tanto foi utilizado 10 minutos com cada participante. Ao decorrer do período da tarde os participantes da pesquisa fizeram a devolução do questionário, devidamente respondido ao pesquisador.

3.4 VARIÁVEIS DE ESTUDO

- Variável dependente: Estrutura física, humana e financeira das entidades que desenvolvem o RCR no Brasil, dentre elas, denominação da entidade, atividades atendidas, tempo de existência, local de treinamento, materiais disponíveis, frequência de treinamento, sucesso da equipe, quantidade de atletas atendidos, atuação dos profissionais envolvidos, origem dos recursos, dificuldades encontradas e opiniões pessoais dos entrevistados.

- Variável independente: Aporte financeiro proveniente de leis de incentivo e similares.

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

Foi efetuada uma análise exploratória da informação, sobretudo para se ter uma visão suficientemente ilustrativa da maior parte dos dados considerados relevantes e verificar possíveis erros. Inicialmente, a análise foi feita por meio do cálculo de medidas descritivas (frequências absolutas e relativas). Em um segundo momento, a análise de dados foi qualitativa, apresentando as relações entre os dados encontrados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As onze entidades participantes do XI Campeonato Brasileiro foram convidadas a participar da pesquisa, porém duas delas não responderam ao questionário no prazo solicitado e não foram incluídas na análise. Desse modo, nove entidades participaram das análises. Serão apresentados resultados referentes a definição e tempo de existência das entidades, concessão e características do espaço de treinamento, composição, atuação e remuneração da equipe de trabalho, atletas por entidade e o Bolsa Atleta, importância do Bolsa Atleta, origem dos recursos financeiros, dificuldades na busca de recursos por meio da lei de incentivo ao esporte, recursos conseguidos por meio da lei de incentivo ao esporte e horas semanais de treinamento.

No que concerne à definição das entidades, seis (67%) caracterizaram-se como Associação, duas (22%) como Organizações Não-Governamentais (ONG's), e apenas uma (11%) apresentou-se como Sociedade Esportiva (Tabela 3).

Tabela 3 - Definição das Entidades.

Definição	n	(%)
Associação	6	67%
ONG	2	22%
Sociedade Esportiva	1	11%

Fonte: Autor.

De acordo com o Código Civil (Lei Nº 10.406/02), associações constituem-se pela união de pessoas que se organizam para fins não-econômicos (MARTINS-COSTA; BRANCO, 2002). Também as ONG's têm definições que fazem referência a ações voluntárias (SOBOTTKA, 2002). Já uma Sociedade Esportiva, pode distribuir lucros aos membros que as integram (NOVAES, 2015), porém no âmbito da pesquisa, apenas uma entidade se apresenta dessa forma. O associativismo esportivo acontece quando se tem a intenção de contribuir, comunicar e trocar experiências em prol do desenvolvimento de um esporte (ALBUQUERQUE, 2007). DaCosta (2006) ressalta que mesmo não sendo muitas vezes reconhecidas como tal, as associações desportivas fazem parte da base do desenvolvimento dos esportes em geral.

A tabela 4 apresenta o tempo de existência dessas entidades, onde mais da metade delas (56%) já existem a mais de quatro anos.

Tabela 4 – Tempo de existência das entidades.

Tempo de existência	n	(%)
Mais de 4 anos	5	56%
3 a 4 anos	1	11%
2 a 3 anos	1	11%
1 a 2 anos	2	22%

Fonte: Autor.

A tabela 5 é referente aos locais de treinamento das equipes, onde todas as entidades dependem de apoio de terceiros para a concessão do espaço, nenhuma delas possui espaço próprio ou alugado, cinco delas (56%) utilizam-se de espaços públicos para treinamentos, três (33%) treinam em espaços cedidos e uma delas (11%) treina em espaço obtido através de parceira institucional.

Tabela 5 - Concessão do espaço para treinamento da equipe.

Locais de treinamento	n	(%)
Espaço público	5	56%
Cedido	3	33%
Parceria institucional	1	11%

Fonte: Autor.

Os espaços, em sua maioria, possuem quadras em dimensões ideais de jogo (89%), materiais para treinamento (78%), depósito de materiais (100%), acessibilidade (89%) e banheiro adaptado (78%). Por outro lado, apenas duas delas (22%) têm academia acessível aos atletas e uma equipe (11%) tem a quadra de treinamento com dimensões menores que as de jogo, de acordo com a tabela 6.

Tabela 6 - Características do espaço disponibilizado para treinamento.

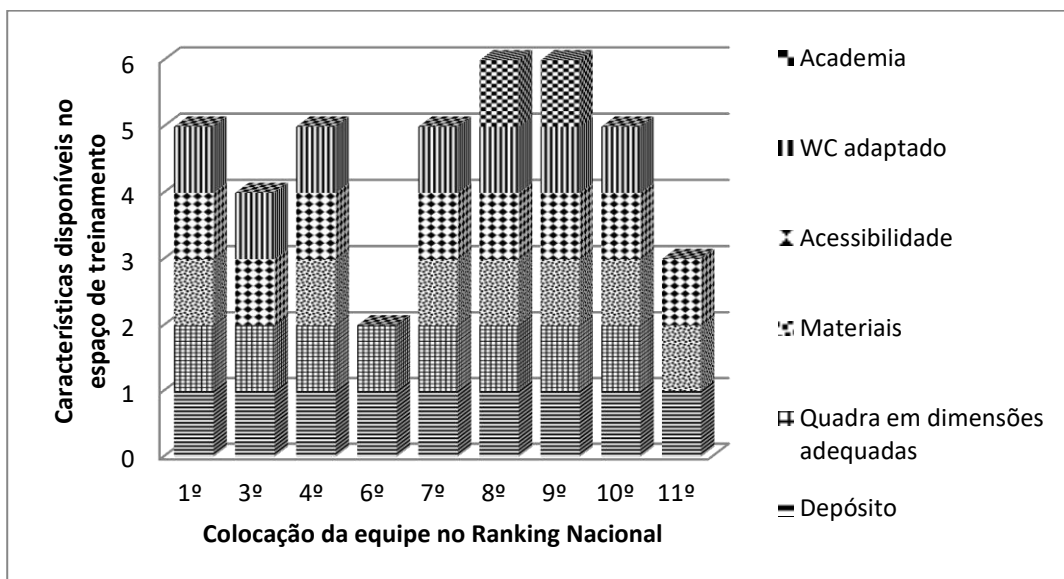
Características do espaço	n	(%)
Depósito	9	100%
Quadra em dimensões de jogo	8	89%
Acessibilidade	8	89%
Materiais para treinamento	7	78%
BWC adaptado	7	78%
Academia	2	22%
Quadra em dimensões menores	1	11%

Fonte: Autor.

De Bosscher et al. (2009), propuseram um modelo teórico para análise da estrutura esportiva que leva ao sucesso internacional denominado Sports Policies Leading to International Sport 0053ucces (SPLISS). Esse modelo fundamenta-se em nove pilares da estrutura esportiva que influenciam o sucesso internacional, são eles: suporte financeiro para o esporte e o esporte de alto rendimento; governança,

estrutura e organização de políticas para o esporte; participação e esporte de base; identificação de talentos e sistemas de desenvolvimento; apoio à carreira esportiva e pós-carreira esportiva; estrutura de treinamento e infraestrutura; suporte e desenvolvimento de técnicos; competições nacionais e internacionais; pesquisa científica e inovação. Dentre os pilares citados acima, o gráfico 2 faz referência ao pilar “estrutura de treinamento e infraestrutura”.

Gráfico 2: Características do espaço de treinamento x Colocação Ranking Nacional.



Fonte: Autor.

Observa-se no gráfico que, a infraestrutura não foi fator determinante no desempenho das equipes.

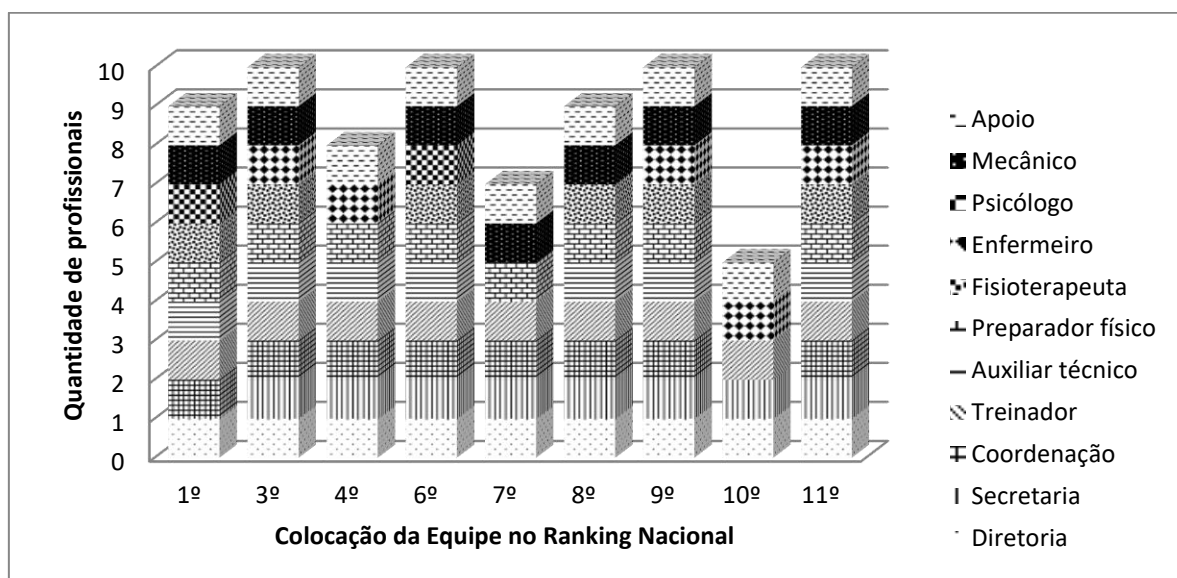
Quanto aos profissionais envolvidos, as únicas funções que estão presentes em todas as entidades são: diretoria, treinador e apoio. Na tabela 7, observam-se algumas informações importantes, como o fato de nenhuma entidade ter o treinador de RCR com dedicação exclusiva a essa modalidade e função. Todos acumulam outras funções dentro da própria modalidade, ou como treinador de alguma outra modalidade que a entidade ofereça, ou ainda atua apenas de forma esporádica durante campeonatos. Essa situação de dupla atuação ou atuação esporádica se repete em várias áreas e em grande parte das entidades. Observa-se também que 77% dos profissionais envolvidos em todas as áreas, atuam de forma voluntária e apenas 23% recebem uma remuneração pelo trabalho desenvolvido.

Tabela 7 - Composição, atuação e remuneração da equipe de trabalho.

Profissionais	Integral		Dupla atuação		Esporádico		Remunerados		Voluntários	
	n	(%)	n	(%)	n	(%)	n	(%)	n	(%)
Diretoria	4	44%	4	44%	1	11%	1	11%	8	89%
Secretaria	3	37%	4	50%	1	12%	2	25%	6	75%
Coordenação	4	50%	3	37%	1	12%	1	12%	7	87%
Treinador	0	0%	8	89%	1	11%	3	33%	6	67%
Auxiliar técnico	1	14%	4	57%	2	29%	2	29%	5	71%
Preparador físico	0	0%	6	75%	2	25%	1	12%	7	87%
Fisioterapeuta	2	33%	3	50%	1	17%	2	33%	4	67%
Enfermeiro	1	20%	1	20%	3	60%	2	40%	3	60%
Psicólogo	1	50%	1	50%	0	0%	1	50%	1	50%
Mecânico	2	29%	3	43%	2	29%	2	29%	5	71%
Apoio	2	22%	3	33%	4	44%	1	11%	8	89%
Total	20	26%	40	51%	18	23%	18	23%	60	77%

Fonte: Autor.

O RCR é um paradesporto com muitas especificidades. Entre as necessidades dos atletas e as exigências da modalidade, destacam-se o alto grau de comprometimento motor dos atletas e o intenso contato entre as cadeiras (CAMPOS et al., 2013), assim, é essencial que a equipe técnica tenha vários integrantes de várias áreas distintas, ou ainda profissionais que sejam aptos a efetuar várias funções para atender tais necessidades e exigências. No gráfico 3, observa-se a quantidade de profissionais e sua colocação ranking nacional.

Gráfico 3: Quantidade de profissionais x Colocação Ranking Nacional

Fonte: Autor.

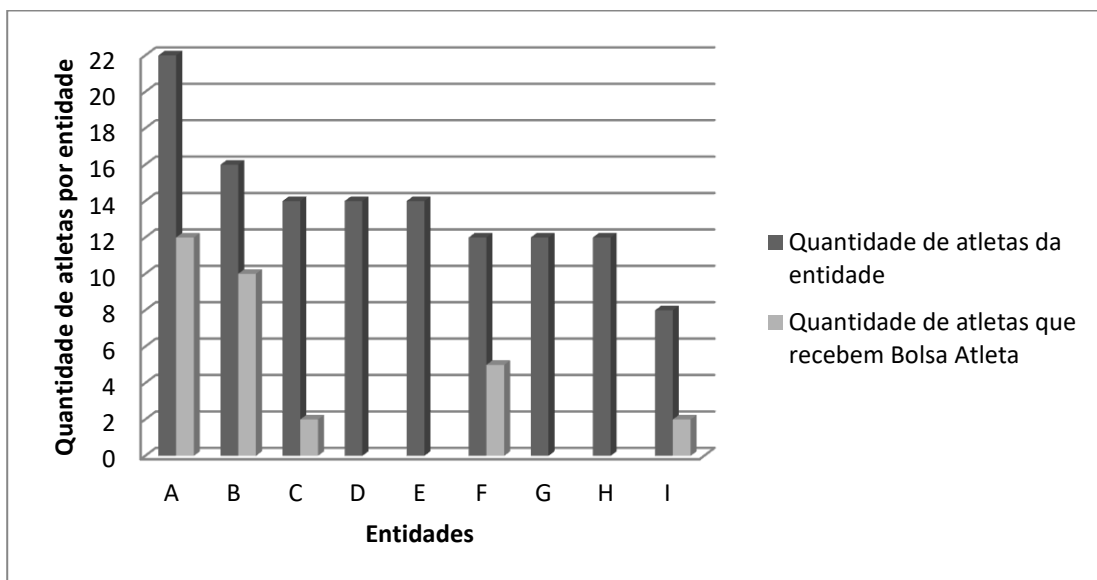
De acordo com o gráfico acima, a maioria das entidades são compostas por uma equipe multidisciplinar, o que é muito importante no desenvolvimento dos

atletas, desde a reabilitação até os treinamentos táticos específicos da modalidade. Cabe aos fisioterapeutas, psicólogos e enfermeiros acompanhar o início das atividades físicas de um paratleta, para que sejam feitas de forma progressiva e cuidadosa, até a liberação de treinamentos físicos a serem acompanhados por um preparador físico até a liberação dos treinos coletivos orientados pelo treinador (VITAL, et al.; 2002).

As nove entidades entrevistadas somam 124 atletas de RCR. Cinco entidades contam com atletas que recebem o benefício Bolsa Atleta. Tal benefício é concedido a 31 atletas das entidades entrevistadas, o que corresponde a 25% do total de atletas.

Conforme o gráfico 4 as duas entidades que contêm a maior quantidade de atletas ($n=22$ e $n=16$) são as únicas que a maioria dos atletas recebem o Bolsa Atleta, 55% da entidade A e 62% da entidade B. Nas entidades F, I e C, 42%, 25% e 14%, respectivamente, dos atletas recebem o Bolsa Atleta. As demais quatro entidades não têm atletas que recebem Bolsa Atleta.

Gráfico 4: Atletas por entidade e o Bolsa Atleta.



Fonte: Autor.

Quando questionadas sobre a importância do Bolsa Atleta, cinco entidades (56%) o consideraram muito importante para manutenção de suas atividades, uma entidade (11%) considerou razoavelmente importante e três entidades (33%)

consideraram pouco importante o Bolsa Atleta para manutenção de suas atividades, conforme tabela 8.

Tabela 8 - Importância do Bolsa Atleta para manutenção das atividades da entidade.

Nível de importância	n	(%)
Muito importante	5	56%
Razoavelmente importante	1	11%
Pouco Importante	3	33%

Fonte: Autor.

Os atletas que pretendem pleitear a bolsa devem cumprir requisitos presentes no texto da lei, além de alguns critérios técnicos regulamentados pelo Ministério do Esporte e baseados no desempenho em eventos de importância para a modalidade (ALMEIDA, 2010). Pode ser por esse motivo que duas entidades que não contêm atletas que recebem o Bolsa Atleta consideraram o benefício muito importante ou razoavelmente importante para manutenção de suas atividades. Isso ocorre quando a bolsa é usada como fator motivacional para os atletas da entidade buscarem um melhor desempenho nas competições nacionais em vista de pleiteá-la. Além disso, Mezzadri et al., (2015) apontam que o esporte paralímpico não possui o mesmo poder de atração do olímpico, com isso o apoio de patrocinadores é consideravelmente menor, tornando o Bolsa Atleta uma das principais fontes de renda dos atletas com deficiência no Brasil.

Além do Bolsa Atleta, direcionado exclusivamente aos atletas, as entidades buscam recursos financeiros de variadas formas, com origem pública, privada e ações da própria entidade. Raramente a origem dos recursos é de apenas uma dessas formas. Duas entidades (22%) recebem recursos através da Lei de Incentivo ao Esporte no âmbito federal, duas entidades (22%) tem acesso a bolsas de incentivo estaduais e uma entidade (11%) recebe recursos através de lei de incentivo municipal. Apenas uma entidade (11%) tem patrocínio direto, sendo duas empresas do município da entidade. A tabela 9 mostra ainda que mais da metade das entidades (56%) conseguem recursos através de doações, que ocorrem das mais variadas formas, sendo citadas doações diretas por pessoas físicas ou jurídicas, permuta de serviços, doações de materiais, programa de doação através de notas fiscais sem CPF e *crowdfunding*. Além das formas de financiamento expostas no questionário, foram citadas por seis entidades (67%) outras origens de recursos financeiros para manutenção das suas atividades, sendo citadas vendas de

produtos, realização de eventos, rifas beneficentes, mensalidades e parceria trabalhista.

Tabela 9 - Origem dos recursos financeiros para as entidades.

Origem dos recursos	n	(%)
Lei de Incentivo ao Esporte Federal	2	22%
Bolsas de Incentivo Estaduais	2	22%
Lei de Incentivo ao Esporte Municipal	1	11%
Patrocínio	1	11%
Doações	5	56%
Outras	6	67%

Fonte: Autor.

A lei federal de incentivo ao esporte, ou ainda leis municipais nos mesmos moldes, tem pouco impacto no desenvolvimento do RCR no Brasil. Apenas três entidades recebem recursos oriundos de projetos ligados a leis de incentivo, quatro entidades (44%) nunca chegaram a buscar recursos por meio da lei, e as que buscaram, encontraram dificuldades. Três entidades que buscaram recursos por meio da lei federal de incentivo ao esporte (33%) relataram como maior dificuldade a aprovação do projeto junto ao Ministério do Esporte, enquanto duas (22%) relataram maior dificuldade no momento da captação de recursos.

Tabela 10 - Maior dificuldade na busca de recursos através da Lei de Incentivo ao Esporte.

Dificuldade	n	(%)
Aprovação do Projeto no Ministério do Esporte	3	33%
Captação de recursos	2	22%
Nunca buscaram recursos através dessa Lei	4	44%

Fonte: Autor.

Das cinco entidades que buscaram recursos por meio da lei de incentivo ao esporte, apenas uma conseguiu todo o recurso necessário, duas delas conseguiram parte do recurso e duas não conseguiram.

Tabela 11 - Recursos conseguidos através da lei de incentivo ao esporte.

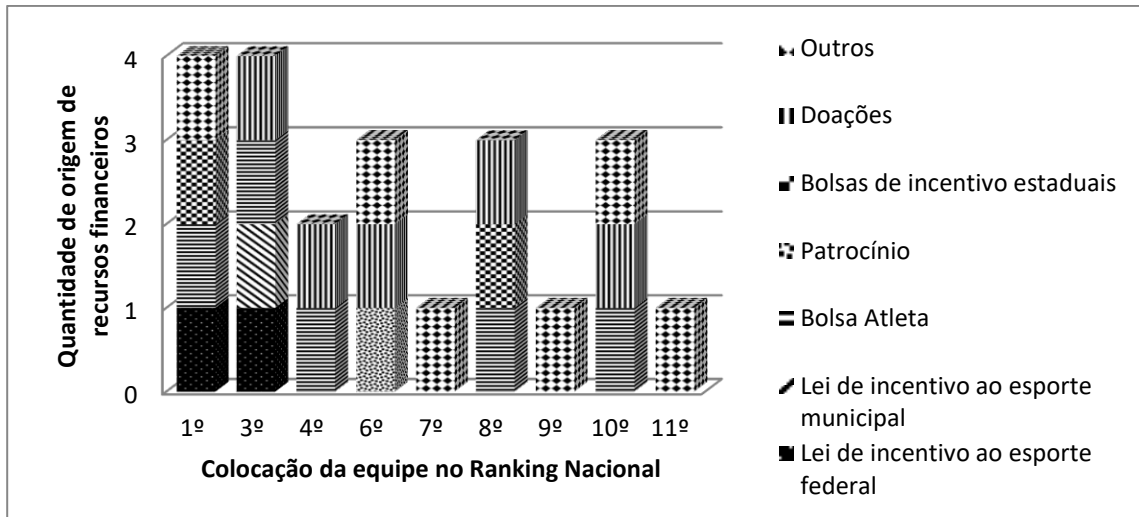
Recursos conseguidos	n	(%)
Conseguiu todo o recurso necessário	1	11%
Conseguiu parte do recurso necessário	2	22%
Não conseguiu o recurso necessário	2	22%
Nunca buscaram recursos através dessa lei	4	44%

Fonte: Autor.

No que se refere à origem dos recursos financeiros, as duas entidades mais bem colocadas no ranking nacional são as que têm seus recursos originados de

mais formas distintas, e são as únicas que recebem recursos originados da lei de incentivo ao esporte federal. Como pode ser observado no gráfico 5.

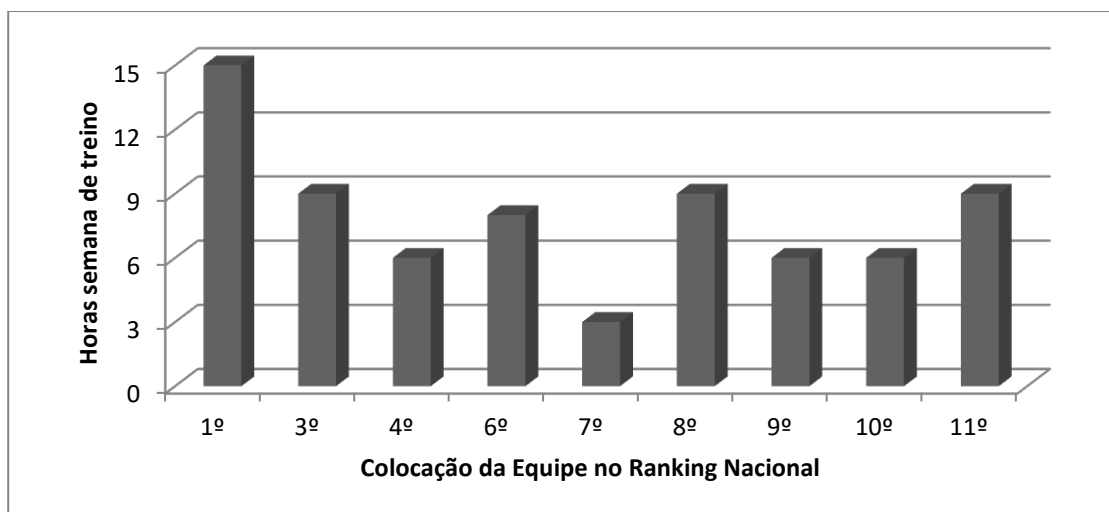
Gráfico 5: Origem dos recursos financeiros x Colocação Ranking Nacional



Fonte: Autor.

No gráfico 6, observa-se que a equipe que dedica mais horas de treinamento durante a semana, obteve o melhor resultado no ranking nacional. Porém, esse fator não se repetiu para as demais equipes, pois o 3º, 8º e 11º colocados têm a mesma carga horária semanal de treinos.

Gráfico 6: Horas semanais de treinamento x Colocação Ranking Nacional



Fonte: Autor.

Com esses dados, infere-se que pode haver alguma relação direta entre quantidade de horas de treinamento e desempenho, porém é necessária uma análise mais aprofundada levando-se em consideração outros fatores importantes do treinamento que Bompa (2002) descreve, como: Volume, quantidade total de atividade realizada no treinamento; Intensidade, componente qualitativo do trabalho realizado pelos atletas e importante fator de treinamento; Relação volume e intensidade, que seria a combinação entre a quantidade e a qualidade do exercício físico realizado durante o treinamento; Densidade, que diz respeito à relação, expressa em tempo, entre as fases de trabalho e recuperação.

Para ilustrar o cenário do RCR no Brasil com base na visão dos representantes das entidades selecionadas, fez-se uso de um questionário com três perguntas abertas. Foram elas: 1. “Quais as dificuldades que o RCR enfrenta e que atrasam seu crescimento no Brasil? ”, 2. “As políticas públicas para o paradesporto brasileiro, em especial para o RCR, são satisfatórias? Justifique.” e 3. “Qual ação considera prioritária para aumento da expressividade do RCR no Brasil?”.

Na questão 1, a maioria dos participantes responderam que as maiores dificuldades são relacionadas ao aporte financeiro, como por exemplo: equipamentos de alto custo, logística de treino e viagem e a falta apoio financeiro principalmente do setor privado.

No que se refere a questão 2, apenas um dos participantes considera as políticas públicas existentes no Brasil satisfatórias, destacando que um local adaptado, possibilidade de Bolsa Atleta no âmbito estadual e federal e mecanismos de incentivo fiscal são suficientes para o trabalho com o RCR. Já para os demais participantes da pesquisa, o excesso de burocracia, a falta de políticas públicas específicas para o paradesporto e a falta de incentivo ao desenvolvimento e fomento da modalidade tornam as políticas públicas para o RCR insatisfatórias.

Por fim, na questão 3, em geral, os participantes destacaram que as ações prioritárias são: Investimento na base, pesquisa e formação de bons árbitros, classificadores e técnicos e maior visibilidade da modalidade.

Em consonância com o que foi levantado pelos participantes da pesquisa, Reis (2014) ressalta que é importante pensar numa política pública específica ao esporte paralímpico, para que seja possível compreender suas especificidades. E destaca que para o bom desenvolvimento do esporte paralímpico, a preparação e formação de novos profissionais para a área são fundamentais.

5 CONCLUSÃO

O objetivo desse estudo foi analisar a estrutura e a organização das entidades que desenvolvem o RCR no Brasil, e estudar as relações que se estabelecem entre o desempenho esportivo e o acesso a recursos derivados de políticas públicas e/ou outras ações, e por meio da análise dos dados concluiu-se que em alguns casos o desempenho esportivo está diretamente ligado ao recebimento de recursos originados do meio público, porém para obtenção desses recursos, as entidades encontram muitas dificuldades, fazendo com que a manutenção das suas atividades se dê por meio de doações e trabalho voluntário, pois sendo uma modalidade paradesportiva emergente no país, ela ainda atrai pouco interesse de financiamento do setor privado.

O estudo conseguiu identificar todas as entidades que desenvolvem a modalidade no país e o questionário desenvolvido foi uma ferramenta satisfatória na caracterização das entidades quanto às suas estruturas física, humana e financeira.

O RCR no Brasil, na visão dos representantes das entidades que desenvolvem a modalidade, é considerado um esporte de alto custo e precisa ser melhor amparado com políticas públicas específicas ao paradesporto, aproximando-se de um melhor atendimento às suas necessidades e especificidades.

Diante da necessidade de desenvolver mais pesquisas para consolidação da modalidade e aumento de sua acessibilidade, esse estudo busca auxiliar a aumentar a expressão do RCR no Brasil, motivando o surgimento de novas entidades com interesse no desenvolvimento da modalidade, por meio da sinalização de que mesmo com as carências existentes e dificuldades encontradas, as entidades conseguem desenvolver suas atividades e alcançar expressivos resultados esportivos nacional e internacionalmente.

Sugere-se a elaboração de mais estudos desta natureza, com maior aprofundamento e por meio de outras ferramentas de pesquisa, como por exemplo, entrevistas. Isso pode contribuir para traçar um cenário ainda mais realista e fundamentar ações mais efetivas para o desenvolvimento da modalidade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Bruno. O associativismo desportivo: um estudo realizado no concelho da Póvoa do Varzim. 2007.

ALMEIDA, BS de. **O financiamento do esporte olímpico e suas relações com a política no Brasil. 2010. 119 f.** 2010. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação Física)–Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. 553.

ANDRADE, Andresa Caravage et al. Análise documental das políticas públicas de incentivo às práticas físico-esportivas para pessoas com deficiência no Brasil: perspectivas para as Paralimpíadas Rio2016. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, v. 4, n. 1, p. 106-127, 2014.

Associação Brasileira de *Rugby* em Cadeira de Rodas, <http://www.rugbiabrc.org.br> (Acesso em 10/06/2017 às 15:30)

BOMPA, Tudor O. **Periodização: teoria e metodologia do treinamento.** Phorte, 2002.

BRASIL. Lei n. 10.264, de 16 de julho de 2001. Acrescenta inciso e parágrafos ao artigo 56 da lei 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. **Diário Oficial da União**, 2001

BRASIL. Lei n. 10.891, de 9 de julho de 2004. Institui a Bolsa-Atleta. **Diário Oficial da União**. 2004.

BRASIL. Lei n. 11.438, de 29 de dezembro de 2006. Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 2006.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, 2015.

CAMPANA, Mateus Betanho et al. O Rugby em Cadeira de Rodas: Aspectos técnicos e táticos e diretrizes para seu desenvolvimento. **Motriz: Revista de Educação Física**, v. 17, n. 4, p. 748-757, 2011.

CAMPOS, Luis Felipe Castelli Correia et al. Rugby em cadeira de rodas: aspectos relacionados à caracterização, controle e avaliação. **Conexões**, v. 11, n. 4, p. 72-89, 2013.

CARDOSO, Vinicius Denardin. A reabilitação de pessoas com deficiência através do desporto adaptado. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 33, n. 2, 2011.

CARDOSO, Vinicius Denardin; GAYA, Adroaldo Cesar. A classificação funcional no esporte paralímpico. **Conexões**, v. 12, n. 2, p. 132-146, 2014.

CAVALLI, Luis Fernando Sper et al. Caracterização da curva cinética de temperatura em atletas de rugby em cadeira de rodas. 2017.

Comitê Paralímpico Brasileiro, <http://www.cpb.org.br> (Acesso em 09/11/2018 às 10:00)

DA COSTA, Alberto Martins; SOUSA, Sônia Bertoni. Educação física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 25, n. 3, 2004.

DACOSTA, LAMARTINE P. Clubes esportivos e recreativos. **ATLAS DO ESPORTE NO BRASIL**. Rio de Janeiro, p. 6.7-6.12, 2006.

DA SILVA, Cláudio Silvério; SAMUEL DE SOUZA, N. E. T. O.; DRIGO, Alexandre Janotta. A educação física adaptada nos registros da revista da sociedade brasileira de atividade motora adaptada no período de 1996 a 2007. **Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada**, v. 13, n. 1, 2012.

DE BOSSCHER, Veerle et al. Explaining international sporting success: An international comparison of elite sport systems and policies in six countries. **Sport management review**, v. 12, n. 3, p. 113-136, 2009.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

GOUVEIA, Rafael Botelho. Análise do desempenho de atletas de rúgbi em cadeira de rodas através de scout [monografia]. Campinas:Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Educação Física; 2009.

GORLA, José Irineu et al. Correlação da classificação funcional, desempenho motor e comparação entre diferentes classes em atletas praticantes de rugby em cadeira de rodas. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 20, n. 2, p. 25-31, 2012.

International Wheelchair Rugby Federation, <http://www.iwrf.com> (Acesso em 06/06/2017 às 10:20)

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues et al. Mídia e o movimento paralímpico no Brasil: relações sob o ponto de vista de dirigentes do Comitê Paralímpico Brasileiro. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 27, n. 4, p. 583-596, 2013.

MARTINS-COSTA, Judith; BRANCO, Gerson. **Diretrizes teóricas do novo Código Civil brasileiro**. Saraiva, 2002.

MEZZADRI, F. M. et al. Dez anos do programa federal “bolsa atleta”: um mapeamento inicial das modalidades paralímpicas (2005-2014). In: **XIX Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e VI Congresso internacional de Ciências do Esporte**. 2015.

NOVAES, Luis Fernando Pamplona. Sociedades em conta de participação e entidades de prática desportiva profissional constituídas na forma de associações. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 20, n. 4209, 9 jan. 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/30698>>. Acesso em: 18 out. 2018.

PEREIRA, Ana Cláudia de Andrade. A história do esporte paralímpico e sua contribuição para os deficientes na sociedade: uma revisão bibliográfica. 2013.

REIS, Rafael Estevam. Políticas Públicas para o esporte paralímpico brasileiro. 2014.

SILVA, Andressa; VITAL, Roberto; MELLO, Marco Túlio de. Atuação da fisioterapia no esporte paralímpico. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 22, n. 2, p. 157-161, 2016.

SIMIM, M. A. M. et al. Desempenho esportivo em atletas de Rugby em cadeira de rodas: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício, São Paulo**, v. 7, n. 39, p. 244-252, 2013.

SHERRILL, C. Adapted physical activity, recreation, and sport: Cross-disciplinary across the lifespan. 2004.

SOBOTTKA, Emil A. Organizações civis Buscando uma definição para além de ONGs e terceiro setor. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 2, n. 1, 2002.

THOMAS, Jerry R.; NELSON, Jack K.; SILVERMAN, Stephen J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. Artmed Editora, 2009.

VITAL, Roberto et al. Avaliação clínica dos atletas paraolímpicos. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, 2002.

YILLA, Abu B.; SHERRILL, Claudine. Validating the Beck battery of quad rugby skill tests. **Adapted Physical Activity Quarterly**, v. 15, n. 2, p. 155-167, 1998.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA SOBRE A ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DAS ENTIDADES QUE DESENVOLVEM O RUGBY EM CADEIRA DE RODAS NO BRASIL

As questões abaixo são referentes a informações gerais voltadas à estrutura física, treinamentos e desempenho esportivo:

1-) A entidade se define como:

- Associação
- Sociedade Esportiva
- ONG
- Instituto
- Outro: _____

2-) A entidade desenvolve alguma outra modalidade paradesportiva?

- Sim. Quais: _____

- Não.

3-) Há quanto tempo a entidade desenvolve o rugby em cadeira de rodas?

- Menos de um ano
- Um a dois anos
- Dois a três anos
- Três a quatro anos
- Mais de quatro anos

4-) O local de treinamento da equipe é:

- Espaço próprio
- Alugado
- Cedido
- Espaço público
- Outro: _____

5-) O espaço possui:

- Academia acessível aos atletas
- Quadra em dimensões adequadas ao jogo
- Quadra em dimensões menores que as de jogo
- Materiais para treinamento (Cones, bolas, etc.)
- Depósito de materiais
- Acessibilidade
- Banheiros adaptados

6-) Qual a frequência semanal de treinamento da equipe?

- 1 vez
- 2 vezes
- 3 vezes
- 4 vezes
- 5 vezes
- 6 vezes
- 7 vezes

7-) Qual a duração das sessões de treinamento da equipe?

- 1 Hora
- 2 Horas
- 3 Horas
- Mais de 3 horas

8-) Em qual período acontecem os treinamentos?

- Manhã
- Tarde
- Noite

9-) Qual o resultado mais expressivo da equipe em âmbito nacional?

- Mais de um título brasileiro
- Um título brasileiro
- Vice-Campeão Brasileiro
- 3º Lugar Brasileiro
- 4º Lugar Brasileiro
- 5º Lugar Brasileiro
- Campeão da 2ª divisão brasileira
- Vice-Campeão da 2ª divisão brasileira
- 3º Lugar ou abaixo na segunda divisão brasileira
- Nunca participou de campeonatos brasileiros

10-) Atualmente, qual a colocação da equipe no Ranking de clubes da ABRC?

_____º

As questões abaixo são referentes aos recursos humanos disponíveis para treinamento e competições:

11-) Quantidade de atletas na equipe:

_____ atletas

12-) Quanto a diretoria da entidade:

- Dedicção Exclusiva
- Realiza mais de uma função. Qual? _____
- Atuação esporádica
- Não possui

13-) Quanto a secretaria da entidade:

- Dedicção Exclusiva
- Realiza mais de uma função. Qual? _____
- Atuação esporádica
- Não possui

14-) Quanto ao coordenador da modalidade:

- Dedicção Exclusiva
- Realiza mais de uma função. Qual? _____
- Atuação esporádica
- Não possui

15-) Quanto ao treinador:

- Dedicção Exclusiva
- Realiza mais de uma função. Qual? _____
- Atuação esporádica
- Não possui

16-) Quanto ao auxiliar técnico:

- Dedicção Exclusiva
- Realiza mais de uma função. Qual? _____
- Atuação esporádica
- Não possui

17-) Quanto ao preparador físico:

- Dedicção Exclusiva
- Realiza mais de uma função. Qual? _____
- Atuação esporádica
- Não possui

18-) Quanto ao fisioterapeuta:

- Dedicção Exclusiva
- Realiza mais de uma função. Qual? _____
- Atuação esporádica
- Não possui

19-) Quanto ao enfermeiro:

- Dedicção Exclusiva
- Realiza mais de uma função. Qual? _____
- Atuação esporádica
- Não possui

20-) Quanto ao psicólogo:

- Dedicção Exclusiva
- Realiza mais de uma função. Qual? _____
- Atuação esporádica
- Não possui

21-) Quanto ao mecânico:

- Dedicção Exclusiva
- Realiza mais de uma função. Qual? _____
- Atuação esporádica
- Não possui

22-) Quanto ao apoio:

- Dedicção Exclusiva
- Realiza mais de uma função. Qual? _____
- Atuação esporádica
- Não possui

23-) Da listagem abaixo, quais profissionais são remunerados?

- Diretoria da entidade
- Secretaria
- Coordenador
- Treinador
- Auxiliar Técnico
- Preparador Físico
- Fisioterapeuta
- Enfermeiro
- Psicólogo
- Mecânico
- Apoio

24-) Da listagem abaixo, quais profissionais são voluntários?

- Coordenador
- Treinador
- Auxiliar Técnico
- Preparador Físico
- Fisioterapeuta
- Enfermeiro
- Psicólogo
- Mecânico
- Apoio

As questões abaixo são referentes aos recursos financeiros destinados a entidade ou a seus atletas:

25-) A entidade recebe recursos originados das opções abaixo? (Pode selecionar mais de uma resposta)

- Lei de Incentivo ao esporte federal.
- Lei de incentivo ao esporte municipal.
- Bolsa Atleta (Destinado a atletas da equipe). Quantos bolsistas? _____
- Patrocínio. Quantos? _____ Quais? _____
- Bolsas de Incentivo estaduais (Destinadas a atletas ou entidade) Quais? _____
- Doações. De qual forma acontecem? _____
- Outro: _____

26-) Os materiais de jogo (luvas, câmaras de ar, pneus, etc.) são fornecidos:

- Pelo próprio atleta
- Pela entidade
- Por doadores

27-) Se a entidade já buscou recursos através da Lei de Incentivo ao Esporte, qual foi a maior dificuldade encontrada?

- Aprovação do Projeto no Ministério do Esporte
- Captação de recursos
- Não houve dificuldade
- Nunca buscamos recursos através da Lei de Incentivo ao Esporte

28-) Se a entidade já conseguiu recursos através da Lei de Incentivo ao Esporte:

- Conseguiu todo o recurso necessário
- Conseguiu parte dos recursos necessários

29-) Quanto ao Projeto:

- Projeto escrito pela própria entidade
- Projeto escrito por alguma empresa

30-) Numa escala de 1 a 5, sendo 5-Muito importante e 1-Pouco importante, qual a importância da Bolsa Atleta para manutenção das atividades da sua entidade?

- 5
- 4
- 3
- 2
- 1

31-) Quando busca-se patrocínio direto, das situações listadas abaixo, qual a mais comum?

- Desinteresse no Paradesporto em geral
- Desinteresse na modalidade
- Falta de visibilidade
- Falta de recursos para apoio
- Um patrocinador procurar a entidade com interesse de vínculo da marca
- Nunca aconteceram as situações acima
- Nunca buscamos patrocínio direto

As questões abaixo, são sobre a percepção pessoal dos participantes da pesquisa, quanto ao cenário do Rugby em Cadeira de Rodas no Brasil:

32-) Quais as dificuldades que o rugby em cadeira de rodas enfrenta e que atrasam seu crescimento no Brasil?

R:

33-) As políticas públicas para o paradesporto brasileiro, em especial para o rugby em cadeira de rodas, são satisfatórias? Justifique.

R:

34-) Qual ação considera prioritária para aumento da expressividade do RCR no Brasil?

R:



APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) Sr(a).

A entidade _____, sob sua responsabilidade está sendo convidada para participar da pesquisa intitulada “Análise da estrutura e organização das entidades que desenvolvem o *Rugby* em Cadeira de Rodas no Brasil” sob a responsabilidade da pesquisadora Prof^a. Doutora Raquel Nichele de Chaves, Professora Adjunta da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Departamento Acadêmico de Educação Física. A presente pesquisa será realizada durante o XI Campeonato Brasileiro de Rugby em Cadeira de Rodas, realizado de 11 à 15 de julho de 2018, no Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro em São Paulo.

A pesquisa faz parte do trabalho de conclusão de curso do acadêmico Saulo Gabriel Quintino e tem por objetivo analisar as estruturas física, humana e financeira das entidades que desenvolvem o RCR no Brasil, assim como identificar as dificuldades encontradas para manutenção de suas atividades. Além disso, pretende-se estudar as inter-relações entre o desempenho esportivo e o acesso à recursos derivados de políticas públicas ou outras ações.

Não há custo para participação no estudo. Em necessidade de ressarcimento ou de indenização, a responsabilidade será do pesquisador em providenciar o mesmo, segundo a Resolução 466/2012, da Legislação Brasileira. Você poderá retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação. Em nenhum momento a entidade ou entrevistado serão identificados. Os resultados da pesquisa serão publicados, mas a identidade do entrevistado e entidade que representa será preservada.

Para a participação, deverá ser respondido um questionário, criado pelo próprio autor, com base em estudos semelhantes, com perguntas fechadas, de múltipla escolha, cujo objeto de estudo é a entidade representada, e as perguntas são referentes aos recursos físicos, humanos e financeiros da mesma. Além disso, o questionário contém algumas perguntas abertas, com o objetivo de analisar a percepção do entrevistado em relação às políticas públicas atuais voltadas ao paradesporto, todas as perguntas devem ser respondidas.

Fica esclarecido aqui, que o estudo não tem o objetivo de fiscalizar recursos ou finalidade similar, tanto que, em nenhum momento serão questionados valores, de qualquer natureza; Se o entrevistado entender durante a entrevista, que há um desvio de finalidade, pode solicitar a retirada dos seus dados que foram coletados ao decorrer da pesquisa. Entregaremos um relatório individual final, com todas as respostas sobre a entidade de sua responsabilidade, e após a discussão e conclusão do estudo, será enviado uma cópia do relatório final, com a visão geral da base estrutural e organizacional das entidades participantes. O estudo traz, em seu vasto leque de benefícios, um passo inicial para aumentar a expressão do RCR no Brasil, identificando possíveis necessidades e oportunidades para o desenvolvimento da modalidade no país, assim como aumento da representatividade do Brasil no exterior.

Como critério de inclusão, o participante deverá ser representante, dirigente ou responsável por entidade filiada à Associação Brasileira de *Rugby* em Cadeira de Rodas. Serão excluídos os participantes que não responderem ao questionário de modo adequado, conforme instruções já mencionadas nesse termo.



Eu _____ (nome do participante), declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras às minhas questões a propósito da minha participação direta na pesquisa e, adicionalmente, declaro ter compreendido o objetivo, a natureza, os riscos e benefícios deste estudo. Após reflexão e um tempo razoável, decidi livre e voluntariamente, participar deste estudo. Estou consciente que posso retirar-me do estudo a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

Nome completo do participante: _____

RG: _____ Data de Nascimento: ____/____/____ Telefone: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

E-mail para envio do questionário : _____

Data: ____/____/____

Assinatura do participante

Eu, Saulo Gabriel Quintino, declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

Data: ____/____/2018

Assinatura pesquisador

Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você e qualquer dúvida poderá ser esclarecida pelo telefone (41) 98702-2952, ou email: raquelchaves@utfpr.edu.br a qualquer momento. Contato: Raquel Nichele de Chaves, Professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, *campus* Curitiba, Departamento Acadêmico de Educação Física - DAEFI.

Membros da Equipe de Estudo

Raquel Nichele de Chaves

Saulo Gabriel Quintino

Endereços da UTFPR e da Equipe de Estudo

Sede Neoville: Rua Pedro Gusso, 2635; Cep: 81310-300. Curitiba/PR.

Sede Centro: Avenida Sete de Setembro, 3165; Cep: 80230-901. Curitiba-PR, telefone: 3310-4614.

